INFORMANDO
Por Lucas Rocha

Romance, poesia e Veneza (CONTARDO CALLIGARIS)

VIM PASSAR 12 dias tranquilos em Veneza. Na minha parte de Veneza, os turistas são poucos, mesmo em julho: é vida de bairro, de gente que se conhece há anos, com crianças e cachorros soltos na rua. No fim do dia, é barulho de passos e vozes que se dão a boa noite e o até amanhã.

Visitarei a Bienal de Arte, agora que ela está às moscas, no silêncio. Na arena de Verona, assistirei a "Nabucco", de Giuseppe Verdi, cujo coro do terceiro ato ("Vá, pensiero") é o substituto do hino nacional italiano, e verei se a arena inteira irá cantá-lo ou não. Minha intuição é que, apesar da crise, haja a volta de um orgulho nacional há tempos perdido na Itália (pesquisas recentes dizem isso, aliás).

Mas esse tema ficará para a próxima quinta, assim como minha emoção ao assistir, anteontem, à única apresentação de meu cantor preferido no meu lugar preferido, James Taylor na praça San Marco. Hoje quero falar de outra coisa. Quando chego a Veneza de avião, a não ser que esteja numa crise financeira danada, encaro o preço de um táxi, embora o transporte público da AliLaguna seja muito mais em conta. Verão ou inverno, quero ficar em pé, com a cara no vento e no cheiro da laguna, olhando para a cidade se aproximando. A cada vez é como se não acreditasse na minha sorte: ela está ainda ali.

Pouco tempo atrás, conversei com meu amigo Helio Goldzstein sobre a ideia de uma série de documentários televisivos em que amantes de cidades ilustres revelariam esquinas, momentos e charmes delas que nem sempre aparecem nos guias. Eu faria isso com prazer para algumas cidades que estão no meu coração e nas quais morei o suficiente para viver um leque amplo de sentimentos (só conhecemos uma cidade na qual tenhamos sido muito alegres e muito tristes, apaixonados e solitários). Enfim, quando estávamos pensando em organizar essa série, recuei. Por quê?

Eu não tenho ciúme. Se alguém que eu amo me deixa por outro, eu me desespero como todo o mundo. Mas se alguém que eu amo, sei lá, está viajando, continua me amando, mas tem a oportunidade de se divertir com outro parceiro por um par de dias ou de semanas, eu fico feliz por ela. Loucura, acham alguns. Mas, que eles se tranquilizem, há uma exceção: tenho ciúme de minhas cidades, da topografia sentimental e secreta que eu sobrepus ao seu mapa.

Talvez um dia eu realize mesmo a tal série de documentários, mas me custará um esforço sério. Sabe aquele "sotoportego" de Castello em que há, bem em baixo do arco, um pequeno coração que ninguém nota? Não sabe? Melhor assim, pois, para mim, aquilo é uma tatuagem num lugar escondido do corpo da amada: eu não quero que ninguém veja. Só eu. Sou ciumento das cidades que amo e de suas pedras. E, claro, considero todos os turistas com desconfiança e uma ponta de desprezo.

Viajei a Veneza no dia 16, sábado. Desde o dia anterior, estava lendo "Um Dia", de David Nicholls (Intrínseca). É a história de Emma e Dexter, cujo casal poderia ter sido, mas não foi. Para ambos, essa relação que não se deu foi a mais importante de sua vida. Enfim, o autor narra o que aconteceu com eles de 15 de julho 1988 a 15 de julho de 2007, um capítulo ou dois para o dia 15 de julho de cada ano. Eu queria começar e terminar a leitura em 15 de julho de 2011. Não deu; por causa da viagem, acabei no dia 17. É um livro tocante; aborda o desencontro amoroso de duas pessoas que se cruzaram, apaixonaram-se (talvez) e não se deram a menor chance, ambos doentes de insegurança e por isso mesmo adoráveis: ela, perdida em um cinismo que a torna impiedosa com o mundo e ele, inconsistente à força de mendigar aprovação e fama.

De Emma, a protagonista, é dito: "Ela não acreditava mais que escrever um poema sobre uma situação pudesse melhorá-la". Pois bem, discordo de Emma. Ainda em agosto viajarei pelo Brasil, para mais lançamentos de meu último romance. A situação é fortemente melhorada por um poema de Billy Collins, em "Horoscopes for the Dead", (horóscopos para os mortos, título que é um maravilhoso haicai), editado pela Random House. O poema se chama "Feedback" e diz: "A mulher que escreveu de Phoenix/ depois de meu lançamento lá/ para me dizer que todos ainda estavam falando do evento/ acaba de me escrever novamente/ para me dizer que ninguém mais fala nisso".

ccalligari@uol.com.br – Folha de São Paulo, julho de 2011.

A tentação totalitária (LUIZ FELIPE PONDÉ)

VOCÊ SE considera uma pessoa totalitária? Claro que não, imagino. Você deve ser uma pessoa legal, somos todos. Às vezes, me emociono e choro diante de minhas boas intenções e me pergunto: como pode existir o mal no mundo? Fossem todos iguais a mim, o mundo seria tão bom... (risadas).

Totalitários são aqueles skinheads que batem em negros, nordestinos e gays. Mas a verdade é que ser totalitário é mais complexo do que ser uma caricatura ridícula de nazista na periferia de São Paulo. A essência do totalitarismo não é apenas governos fortes no estilo do fascismo e comunismo clássicos do século 20. Chama minha atenção um dado essencial do totalitarismo, quase sempre esquecido, e que também era presente nos totalitarismos do século 20. Você, amante profundo do bem, sabe qual é? Calma, chegaremos lá. Você se lembra de um filme chamado "Um Homem Bom", com Viggo Mortensen, no qual ele é um cara legal, um professor universitário não simpatizante do nazismo (o filme se passa

na Alemanha nazista), e que acaba sendo "usado" pelo partido?

Pois bem. Neste filme, há uma cena maravilhosa, entre outras. Uma cena num parque lindo, verde, cheio de árvores (a propósito, os nazistas eram sabidamente amantes da natureza e dos animais), famílias brincando, casais se amando, cachorros correndo, até parece o Ibirapuera de domingo. Aliás, este é um dos melhores filmes sobre como o nazismo se implantou em sua casa, às vezes, sem você perceber e, às vezes, até achando legal porque graças a ele (o partido) você arrumaria um melhor emprego e mais estabilidade na vida. Fosse hoje em dia, quem sabe, um desses consultores por aí diria, "para ter uma melhor qualidade de vida".

E aí, a jovem esposa do professor legal (ele acabara de trocar sua esposa de 40 anos por uma de 25 - é, eu sei, banal como a morte) o puxa pelo braço querendo levá-lo para o comício do partido que ia rolar naquele domingão no parque onde as famílias iam em busca de uma melhor qualidade de vida. Mas ele não tem nenhuma vontade de ir para o comício porque sente um certo "mal-estar" com aquilo tudo. Mas ela, bonita, gostosa, loira, jovem e apaixonada (não se iluda, um par de pernas e uma boca vermelha são mais fortes do que qualquer "visão política de mundo"), diz: "meu amor, tanta gente junta querendo o bem não pode ser tão mal assim".

É, meu caro amante do bem, esta frase é uma das melhores definições do processo, às vezes invisível, que leva uma pessoa a ser totalitária sem saber: "quero apenas o bem de todos".

Aí está a característica do totalitarismo que sempre nos escapa, porque ficamos presos nas caricaturas dos skinheads: aquelas pessoas, sim, se emocionavam e choravam diante de tanta boa vontade, diante de tanta emoção coletiva e determinação para o bem. Esquecemos que naqueles comícios, as pessoas estavam ali "para o bem".

Se você tem absoluta certeza que "você é do bem", cuidado, um dia você pode chorar num comício achando que aquilo tudo é lindo e em nome de um futuro melhor. E se essa certeza vier acompanhada de alguma "verdade cientifica" (como foi comum nos totalitarismos históricos) associada a educadores que querem "fazer seres humanos melhores" (como foi comum nos totalitarismos históricos) e, finalmente, se tiver a ambição política, aí, então, já era.

Toda vez que alguém quiser fazer um ser humano melhor, associando ciência (o ideal da verdade), educação (o ideal de homem) e política (o ideal de mundo), estamos diante da essência do totalitarismo. O que move uma personalidade totalitária é a certeza de que ela está fazendo o "bem para todos", não é a vontade de destruir grupos diferentes do dela.

Primeiro vem a certeza de si mesmo como agente do "bem total", depois você vira autoritário em nome desse bem total. O melhor antídoto para a tentação do totalitarismo não é a certeza de um "outro bem", mas a dúvida acerca do que é o bem, aquilo que desde Aristóteles chamamos de prudência, a maior de todas as virtudes políticas. Não confio em ninguém que queira criar um homem melhor.

ponde.folha@uol.com.br – Folha de São Paulo, julho de 2011.

Novo teste detecta Aids em 20 minutos (JAIRO BOUER)

QUEM TRANSOU sem camisinha e anda com a pulga atrás da orelha, preocupado com a possibilidade de ter se exposto a algum agente causador de uma doença transmitida pelo sexo, principalmente ao vírus HIV (causador da Aids), deve procurar o quanto antes avaliação médica e testagem.

O Ministério da Saúde faz há alguns anos uma campanha estimulando a realização de testes para quem tem essa dúvida. Uma novidade que deve chegar aos centros de testagem no país todo já no segundo semestre é um novo teste rápido para o vírus HIV, desenvolvido pela Fiocruz, aqui no Brasil mesmo. Tradicionalmente, as pessoas vão aos centros realizar o exame inicial de triagem chamado Elisa, que pode demorar até um mês para ter o resultado revelado.

Até 40% das pessoas não voltam para checar o exame. Se o teste for positivo, ela deve voltar para realizar um novo teste de confirmação: o Western Blot. Com o teste rápido, a resposta sai em 20 minutos, e a pessoa deixa o posto com o resultado em mãos. Praticamente em tempo real. Também vai haver um teste confirmatório rápido, que pode ser utilizado no caso de exame inicial positivo.

Com a nova tecnologia, o teste pode revelar se a pessoa entrou em contato com o vírus HIV cerca de um mês após o contato suspeito. Os testes rápidos são feitos de forma simples, com uma picada no dedo, e são gratuitos nos centros de testagem (**bit.ly/osavG3**). Os especialistas defendem a ideia de que quem suspeita que possa ter se exposto a risco deve sempre realizar um teste. Se o resultado vier negativo, a pessoa passa se cuidar melhor. Se o resultado for positivo, pode iniciar logo tratamento. Hoje, em linhas gerais, voltou-se à abordagem que era feita com os soropositivos logo após o "coquetel" ter sido adotado. É melhor que o tratamento seja feito de forma precoce. Assim, há maior impacto na saúde e, de acordo com as pesquisas, também se diminui o risco de transmissão do vírus para os parceiros.

jbouer@uol.com.br – Folha de São Paulo, julho de 2011.

Drogas: internação compulsória e educação (FERNANDO CAPEZ)

A VIOLÊNCIA ASSUSTA a todos nós. O sono interrompido por meliantes invadindo nosso lar. O semáforo que tarda a sinalizar a luz verde, submetendo-nos a intermináveis momentos de tensão ao nosso redor. Os filhos que saem de casa para se expor aos perigos urbanos, gerando em nós a angústia da espera. Pior que a própria insegurança, só mesmo sua inquietante sensação. Dados recentes do IBGE apontam que 35,7% dos lares brasileiros possuem grade em suas portas ou janelas. Quem tem condições se protege como pode.

Prof. Lucas Rocha

O rentável mercado da segurança privada floresce, alimentando a indústria do medo. Blindagem de automóveis, condomínios fechados, vigilância particular em ruas e residências e mundos interiores fechados esvaziam espaços públicos e ceifam a convivência social, sombreados pelo fantasma da criminalidade. Na gênese disso tudo está a disseminação ilícita das drogas.

Triunfantes em sua batalha na mente do jovem, os entorpecentes têm dragado vidas ainda incipientes ao abismo da dependência sem volta. Antecedidas, em regra, por um histórico de desprezo, maus-tratos, abandono, abuso sexual, comportamento omisso ou inadequado dos pais ou responsáveis, ou mesmo pela falta de perspectiva de projetos positivos, crianças e adolescentes perambulam pelas cracolândias da vida em busca de drogas baratas e mortais. Há uma dupla vitimização: do viciado, impelido pelo incontrolável desejo de consumo, que acaba por se tornar um delinquente, e dos inocentes, que por uma infelicidade cruzam seu caminho durante a ação criminosa.

Nessa perspectiva, o uso indevido de drogas deve ser reconhecido como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na sua relação com a comunidade (lei nº 11.343/2006, art. 19, inciso I). A internação involuntária do dependente que perdeu sua capacidade de autodeterminação está autorizada pelo art. 6º, inciso II, da lei nº 10.216/2001 como meio de afastá-lo do ambiente nocivo e deletério em que convive.

Tal internação é importante instrumento para sua reabilitação. Na rua, jamais se libertará da escravidão do vício. As alterações nos elementos cognitivo e volitivo retiram o livre-arbítrio. O dependente necessita de socorro, não de uma consulta à sua opinião. A internação compulsória por ordem judicial pressupõe uma ação efetiva e decidida do Estado no sentido de aumentar as vagas em clínicas públicas criadas para esse fim, sob pena de o comando legal inserto na lei nº 10.216/2001 tornar-se letra morta.

Espera-se que o poder público não se porte como um mero espectador, sob o cômodo argumento do respeito ao direito de ir e vir dos dependentes químicos, mas, antes, faça prevalecer seu direito à vida.

FERNANDO CAPEZ, mestre pela USP e doutor pela PUC-SP, procurador de Justiça licenciado, é deputado estadual de São Paulo pelo PSDB. Site: **www.fernandocapez.com.br**. **Folha de São Paulo, julho de 2011.**

Capitalismo, história de humores (JOÃO PEREIRA COUTINHO)

OS ESTADOS Unidos podem falir dia 2 de agosto se democratas e republicanos não chegarem a acordo sobre a subida do teto da dívida. A União Europeia, com três Estados insolventes (Grécia, Irlanda e Portugal) e mais dois a caminho (Espanha e Itália), vive a pior crise financeira da sua história. De quem é a culpa?

Primeira hipótese: a culpa é do endividamento irresponsável a que os dois lados do Atlântico se entregaram nos últimos anos - uma vertigem suicida a que a crise financeira global deu a estocada. Segunda hipótese: a culpa é do próprio sistema capitalista, que só pode gerar destruição e pobreza. Não sei qual das duas hipóteses o digníssimo leitor escolhe. Mas, enquanto pensa, posso sugerir um livro luminoso sobre a matéria? Foi escrito por Jerry Z. Muller e se intitula "The Mind and the Market: Capitalism in Western Thought" (a mente e o mercado: o capitalismo no pensamento ocidental). O conteúdo da obra está expresso no título: a nossa relação problemática com o capitalismo é mais velha que o mundo.

Muller concentra-se no século 18 para começar essa história de amor e desamor. Razão prosaica: terá sido com os inícios da modernidade que o Ocidente passou de um sistema de produção centrado na subsistência dos Estados para um sistema mais vasto de produção centrado na troca. Mas o interesse do livro de Muller está na forma rigorosa, por vezes bem-humorada, como ele faz a ponte entre esses debates modernos e os debates dos nossos ilustres antepassados.

Conclusão melancólica: o capitalismo nunca teve grandes amigos. Entre os filósofos gregos, a "pleonexia", que podemos traduzir por ganância, era o oposto das virtudes fundamentais que se esperavam do verdadeiro cidadão. E o verdadeiro cidadão é aquele que nutre um amor pelo bem comum, e não apenas pelo bem próprio; esse egoísmo só contribui para arruinar a firmeza e a coesão dos Estados.

Essa postura de hostilidade não foi amaciada pelo cristianismo emergente. Pelo contrário: a "avaritia" e a "luxúria", intimamente ligadas à perseguição dos bens materiais, foram prontamente condenadas pelos doutores da igreja. Um amor desmedido pelas coisas terrenas era uma forma herética de desviar atenções do fim supremo e celestial. Pior ainda: para retomarmos a formulação de Santo Agostinho, "se nós não perdemos, os outros não adquirem". Ou, inversamente, e adaptando a máxima ao nosso linguajar ressentido e contemporâneo, a existência da riqueza só se faz à custa da pobreza.

E, sobre a "usura", as leis canônicas e civis dos países católicos continuaram a proibi-la até finais do século 18. Os judeus que se encarregassem dessas práticas imundas. Não é de admirar, perante todo esse patrimônio, que a partir do século 18 os intelectuais "modernos" tenham repetido, consciente ou inconscientemente, os argumentos anticapitalistas centrais da tradição greco-latina e judaico-cristã. Uma postura mimética que suplanta ideologias e que é possível encontrar quer à esquerda, quer à direita.

À direita, temos um conservador reacionário como o alemão Justus Möser (1720-1794), que via no "livre-mercado" uma ameaça à sociedade tradicional (e hierárquica) da sua Osnabrück natal. À esquerda, encontramos um igualitário como Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que na sua crítica ao "luxo" das sociedades comerciais apenas repetia o que vários pregadores medievos tinham dito antes dele.

O livro de Muller recorda-nos velhos argumentos contra o capitalismo que são repetidos, no século 21, como se fossem a última moda. Esses argumentos têm a dupla vantagem de fazer esquecer os horrores comprovados das "economias planificadas" e de desculpar os comportamentos irracionais dos indivíduos com a suposta irracionalidade de todo o sistema.

Lendo Muller, e relendo através dele os textos de autores tão distintos como Voltaire ou o escocês Adam Smith, entendemos que o capitalismo não é anjo nem demônio. Para retomar as palavras do famoso escocês, o mercado é apenas o mecanismo que permite aos homens perseguir livremente esse desejo universal de melhorarem a sua condição. Com regras e, já agora, com boas maneiras.

Folha de São Paulo, julho de 2011.

Seu celular também é nosso (ANNA VERONICA MAUTNER)

TER UM endereço físico significa que sabemos dizer onde podemos ser encontrados. Tornar acessível esse endereço é se dispor ao encontro: indica que estamos disponíveis.

Antigamente, se alguém morava fora da área de entrega dos Correios, alugava uma Caixa Postal, e lá passava, de tempos em tempos, para recolher a correspondência. Hoje temos outras pertinências e ficamos independentes do espaço geográfico. Mas o celular, o e-mail, o Skype e o Facebook também são endereços, é claro.

À primeira vista, podemos imaginar que o aumento no número de endereços representa enorme soma de liberdade e acessibilidade. Mas, como tudo, esse excesso é uma faca de dois gumes. Por um lado, sou acessível.Por outro, não posso deixar de sê-lo. Aquele a quem forneci as informações sobre como me encontrar está contando com essa possibilidade.

Resta a secretária eletrônica, usada em momentos de necessidade e, também, para atender a um desejo eventual de isolamento, um pouquinho que seja. O celular é para uso de cada um, mas também para uso de todos que receberam aquele número. Do mesmo modo que os outros podem organizar uma festa e contar com a sua presença, também podem contar com os seus serviços, com o seu apoio.

Esses recursos todos, do endereço da residência ao endereço na nuvem da internet, são prolongamentos de si próprio, são o "si próprio" em outras dimensões. Assim como você não pode deixar de retribuir a um cumprimento face a face (a não ser que queira fazer uma má-criação), não pode se ausentar de suas dimensões tecnológicas e virtuais. O outro conta com você. Você é o seu e-mail. Se você me deu o seu endereço eletrônico é porque você o consulta e eu posso imaginar que a mensagem que te mandei tenha sido recebida.

O aparelho de celular pode ser seu - mas é meu também, quando quero falar com você. Eu conto com você atendendo o seu celular para resolver um problema meu. Fosse em 1900, eu precisaria mandar um mensageiro até você ou uma carta. O seu celular faz parte da programação do meu tempo. O ato de deixá-lo sem bateria ou desligado por muito tempo pode acarretar dificuldades para aqueles que te conhecem nas dimensões virtual e tecnológica.

Você não é mais apenas um corpo com uma localização geográfica. O outro com quem você compartilha o universo virtual é, também, alguém que te vê e te sente em todas as suas extensões.

ANNA VERONICA MAUTNER, psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise, é autora de "Cotidiano nas Entrelinhas" (Ágora) e "Educação ou o quê?" (Summus). E-mail: **amautner@uol.com.br**. **Folha de São Paulo, julho de 2011.**

A morte do lápis e da caneta (MARCELO COELHO)

BOA NOTÍCIA para as crianças americanas. Vai ficando optativo, nos Estados Unidos, escrever em letra de mão. Um dos últimos a se renderem aos novos tempos é o Estado de Indiana, que aposentou os cadernos de caligrafia agora em julho. O argumento é que ninguém precisa mais disso: as crianças fazem tudo no computador e basta ensinar-lhes um pouco de digitação. Depois do fim do papel, o fim do lápis e da caneta! Tem lógica, mas acho demais.

Sou o primeiro a reclamar das inutilidades impostas aos alunos durante toda a vida escolar, mas o fim da escrita cursiva me deixa horrorizado. A máquina de calcular não eliminou a necessidade de se aprender, ao menos, a tabuada; não aceito que o teclado termine com a letra de mão.

A questão vai além do seu aspecto meramente prático. A letra de uma pessoa é como o seu rosto. Como todo mundo, gosto de ver como é a cara de um escritor, de um político, de qualquer personalidade com quem estou travando contato - e logo os e-mails virão com o retrato do remetente, como já acontece no Facebook.

E não se limita apenas aos colecionadores o interesse pelos autógrafos de uma celebridade, de um jogador de futebol ou de um escritor (mesmo que os originais de seus livros já tenham sido produzidos na máquina de escrever ou no laptop). Quantas decepções, e quantas surpresas felizes, não nos revela a caligrafia de uma pessoa? Fulano, em geral sério e ponderado, tem a assinatura de um pateta do pré-primário. O síndico, figura minuciosa e intolerante, derrama sobre o papel uma escrita frouxa, emotiva, sentimental. Generosidade e avareza, sofisticação e simploriedade, constância e frivolidade, tudo está na letra de uma pessoa, como está na sua voz ou no seu rosto - desde que a gente saiba ler.

O mais bonito é que na letra cursiva se reúnem, em tese, o individual e o universal. Cada pessoa pode ter lá suas idiossincrasias: escreve o "n" como se fosse um "u", não se dá ao trabalho de fazer direitinho o corte do "t", mistura o "g" com o "y" e o "q", mas não importa. A menos que o sujeito seja um garranchista irremediável, acabamos entendendo o que escreveu. Tenho prazer, aliás, em decifrar letras moderadamente ilegíveis. Existe um jogo entre a regra geral, a caligrafia das professoras do primário, e as variantes que ao longo da vida cada pessoa adota em sua escrita.

Moral da história: somos todos iguais, mas cada um de nós é diferente. Outra moral da história: entre minha comodidade caligráfica e a necessidade de ser entendido por quem me lê, está em jogo o respeito pelo outro e a expressão de quem eu sou.

Prof. Lucas Rocha

É falta de educação, acho, ter uma letra feia demais; é falta de personalidade, também, escrever como o queridinho da professora. Não por acaso, ainda se usa nos convites de casamento uma imitação da escrita cursiva de cem anos atrás. Não é o meu tipo favorito de apresentação tipográfica, mas seu significado não dá margem a dúvidas: trata-se de um movimento de extrema cortesia, de uma homenagem ao acontecimento e ao convidado.

As letras de computador, por mais práticas que sejam, correspondem a uma realidade mais mecanizada e uniforme. Já temos o corretor ortográfico; ainda bem que ele falha de vez em quando e que muita gente se esqueça de usá-lo. Um belo erro de ortografia, assim como uma letra da idade da pedra, revelam verdades que a assepsia da tela branca do Word se esforça em ocultar. Mesmo uma banalidade tremenda se torna mais suportável se escrita numa letra extravagante, em vez de na detestável fonte Arial adotada no Outlook, provavelmente só porque é a primeira em ordem alfabética na lista das letras disponíveis. Mas, no meio desta reclamação toda, recupero minha confiança no progresso e na tecnologia. Quem sabe, nos próximos anos, não vão inventar um programa pelo qual será possível personalizar a tipografia que utilizamos no PC?

Novas "fontes", novos estilos de letras, são inventados todo dia. Os jornais importantes, como a **Folha**, têm um desenho próprio para suas letras. Imagino que não seja impossível uma situação em que cada usuário de computador consiga desenvolver sua própria escrita. Só espero que até lá tenham inventado, também, uma maneira de fazer as crianças americanas ocupadas em aprender alguma coisa que preste.

coelhofsp@uol.com.br – Folha de São Paulo, julho de 2011.

Paulada no SUS (LIGIA BAHIA e MÁRIO SCHEFFER)

É UMA BORDOADA a recente regulamentação da lei paulista que permite a venda para planos de saúde de até 25% da capacidade dos hospitais públicos gerenciados por organizações sociais. Desde o famigerado Plano de Atendimento à Saúde (PAS), criado por Maluf, uma política de governo não atingia assim, de chofre, o Sistema Único de Saúde (SUS).

Reprise do mesmo drama, abrem-se as torneiras que irrigam empresas privadas com dinheiro público. O PAS ensinou que a gambiarra de governantes, baseada em legislação questionável e financiamento improvisado, não resiste à próxima eleição, mas enriquece alguns à custa do calote no SUS. Para justificar o ardil, a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo identificou que 18% dos pacientes atendidos em hospitais públicos têm plano privado. Por que até hoje não viabilizou essa cobrança por meio da Agência Nacional de Saúde Suplementar?

A falsa alegação de que a lei federal do ressarcimento não é extensiva às organizações sociais e o suposto efeito Robin Hood (tirar dos planos para melhorar o SUS) escondem interesses cruzados. Uma mão lava a outra: as organizações sociais precisam de dinheiro novo para manter sua vitrine assistencial, e os planos e seguros de saúde querem ostentar hospitais públicos de alta complexidade em suas redes credenciadas.

Há um negócio bilionário em ascensão, de planos populares a menos de R$ 100 por mês, que só é viável com o uso da capacidade instalada do SUS. Os planos de saúde já vivem de subsídios públicos. Eles ajudam a eleger políticos, lucram com a renúncia fiscal, com a isenção de impostos e com repasses do erário para convênios médicos do funcionalismo.

Ao mesmo tempo, empurram para as contas do SUS idosos e doentes - que não têm condição de arcar com o aumento das mensalidades decorrentes do passar da idade ou cujo acesso é vetado a tratamentos mais caros. Uma em cada cinco pessoas com câncer vinculadas a planos de saúde são jogadas ao mar e buscam socorro no SUS. Ajudar empresas altamente lucrativas que não cumprem seu papel já é uma inversão perversa. Celebrar contratos para o atendimento aos clientes de planos, que pensam ter escapado das alegadas agruras da rede pública, constitui requinte de iniquidade.

A aventura em curso nada tem a ver com o ressarcimento, que prevê critérios de justiça contábil para atendimentos eventuais e limitados. O que está em jogo, já testado em hospitais universitários do Estado, é a expansão da fila dupla, verdadeiro apartheid que dá acesso privilegiado a quem tem plano e reserva a porta dos fundos para a "gente diferenciada" do SUS. Não dá para transigir com essa distorção escandalosa.

LIGIA BAHIA, doutora em saúde pública, é professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **MÁRIO SCHEFFER**, doutor em ciências, é pesquisador da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Ambos são autores do livro "Planos e Seguros de Saúde: O que Todos Devem Saber sobre a Assistência Médica Suplementar no Brasil" (Editora Unesp). **Folha de São Paulo, julho de 2011.**

Fome na Somália (BAN KI-MOON)

EM TODO o Chifre da África, as pessoas estão famintas. Uma combinação catastrófica de conflitos, alto preço dos alimentos e seca deixou mais de 11 milhões de pessoas em extrema necessidade. A ONU está emitindo alertas há meses.

Temos resistido a usar a palavra fome - mas, na quarta-feira, reconhecemos oficialmente a realidade. Há fome na Somália. E está se espalhando. Esse é um alerta que não podemos ignorar. Todos os dias, escuto os relatórios angustiantes de nossas equipes. Refugiados somalis caminhando durante semanas para encontrar ajuda. Órfãos que chegam sozinhos, seus pais mortos, assustados e desnutridos, em terra estrangeira.

Dentro da Somália, ouvimos histórias terríveis de famílias que viram suas crianças morrer, uma a uma. Recentemente, uma mulher chegou a um campo de deslocados da ONU a 140 quilômetros do sul de Mogadíscio após três semanas de caminhada. Halima Omar, que, hoje, após três anos de seca, mal sobrevive.

Quatro de suas seis crianças estão mortas. "Não há nada pior que ver sua criança morrer diante de seus olhos

porque você não pode alimentá-la", disse. "Estou perdendo a esperança." Até para os que chegam aos campos muitas vezes não há esperança. Muitos estão muito fracos e morrem antes de terem recuperado a força.

Para as pessoas que precisam de atenção médica, muitas vezes não há remédios. Imagine a dor desses médicos, que veem seus pacientes morrer por falta de recursos. É por isso que falo hoje - para focar a atenção global nessa crise, para emitir o alarme e pedir ao mundo que ajude a Somália neste momento de enorme necessidade. Para salvar vidas de pessoas em risco -mulheres e crianças são a grande maioria- precisamos de aproximadamente US$ 1,6 bilhão.

Até agora, doadores internacionais deram apenas metade dessa quantia. Para reverter a situação, para oferecer esperança em nome de nossa humanidade comum, devemos mobilizar todo o mundo. A situação é particularmente difícil na Somália. Lá, os atuais conflitos complicam os esforços de ajuda.

As condições de operação são complicadas pelo fato de o governo nacional de transição da Somália controlar apenas uma parte da capital. Estamos trabalhando em um acordo com as forças de Al Shabaab, um grupo de milícia islâmico, para permitir o acesso a áreas do país controladas por eles. Mesmo assim, ainda há sérias preocupações com a segurança.

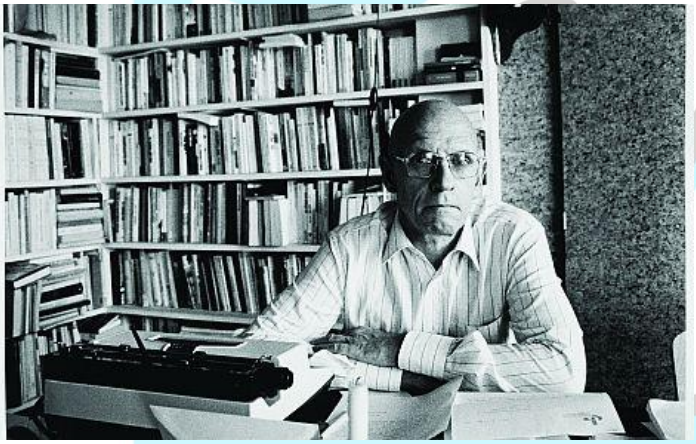
Também devemos reconhecer que Quênia e Etiópia, que mantiveram generosamente suas fronteiras abertas, enfrentam seus próprios desafios. O maior campo de refugiados do mundo, Dadaab, já está superlotado, com cerca de 380 mil refugiados. E milhares de outros refugiados aguardam. Na vizinha Etiópia, 2.000 pessoas chegam por dia no campo de refugiados de Dolo. Isso se combina com uma crise de alimentos enfrentada por quase 7 milhões de quenianos e etíopes em casa. Em Djibuti e Eritreia, milhares de pessoas também estão precisando de ajuda.

Acima de tudo, nós precisamos de paz. Enquanto houver conflito na Somália, não poderemos combater efetivamente a fome. Mais e mais crianças ficarão famintas; mais e mais pessoas irão morrer desnecessariamente.

Na Somália, Halima Omar nos disse: "Talvez este seja nosso destino - ou talvez um milagre aconteça e seremos salvos deste pesadelo". Não posso aceitar isso como seu destino. Juntos, precisamos resgatá-la, bem como precisamos resgatar seus compatriotas e todas as suas crianças, desse pesadelo verdadeiramente terrível.

BAN KI-MOON, mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA), é o secretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas). Foi ministro das Relações Exteriores e do Comércio da República da Coreia. **Folha de São Paulo, julho de 2011.**

O dia em que Foucault se fez **(VLADIMIR SAFATLE)**



Há 50 anos, Foucault publicava *Loucura e Desrazão – História da Loucura na Idade Clássica*. Embora não fosse seu primeiro livro (*Doença Mental e Personalidade* é de 1954), ele era o início efetivo de sua experiência intelectual. Pois, por meio dele, Foucault aparecia no cenário filosófico contemporâneo como portador de uma nova questão de método que estaria, a partir de então, sempre associada a seu nome.

A questão de método dizia respeito a seu modo peculiar de "fazer filosofia". Contrariamente ao padrão tradicional do comentário de textos e das grandes dissertações sobre autores, Foucault apresentava um trabalho sobre a lenta transformação da experiência da loucura em doença mental, ou seja, em objeto de um discurso que aspira a cientificidade (a psicologia e a psiquiatria) e que visa fundar modos estabelecidos de intervenção.

Nesse sentido, o trabalho poderia ser visto, na verdade, como pertencente a um setor da epistemologia que, na França, era conhecido como "epistemologia histórica". Uma tradição que não compreende a tarefa da epistemologia como fundação de uma teoria do conhecimento baseada na análise das faculdades cognitivas e da estrutura possível da experiência. Antes, nomes como Canguilhem, Bachelard, Cavaillès e Koyré são lembrados por vincularem radicalmente reflexão epistemológica e reconstrução de uma história das ciências.

Tratava-se de esclarecer a gênese dos padrões de racionalidade presentes nas ciências por meio de uma profunda articulação entre história das ciências e algo que poderíamos chamar, na falta de um nome mais preciso, de história das ideias ou, se quisermos utilizar um termo mais próximo de Foucault, de história dos sistemas de pensamento.

No entanto, o trabalho de Foucault não era apenas um trabalho de epistemologia da psicologia e da psiquiatria. Sua peculiaridade vinha de sua perspectiva profundamente crítica. Tratava-se de perguntar que tipo de experiência se perdera graças à transformação da loucura em doença mental. O que, para nós, não era mais possível ver e pensar por causa do advento de uma forma de racionalidade.

Nesse sentido, *História da Loucura* era uma peculiar "contra-história da ciência" que visava expor uma análise dos processos de implementação de critérios discursivos de verdade, de construção de limites e de táticas de exclusão que deveriam ser criticados tendo em vista o desvelamento da maneira com que padrões históricos de racionalidade fundamentam e constroem a legitimidade de suas operações.

No interior dessa contra-história da ciência onde era questão do advento da psiquiatria e da psicologia, Foucault lembrava que a discussão sobre decisões clínicas a respeito da distinção entre normal e patológico é, na verdade, um setor

de decisões mais fundamentais da razão a respeito do modo de definição daquilo que aparece como seu Outro (a patologia, a loucura etc.). Elas se inserem em configurações mais amplas de racionalização que ultrapassam o domínio restrito da clínica. A distinção entre normal e patológico, entre saúde e doença é o ponto mais claro no qual a razão se coloca como fundamento de processos de administração da vida, como prática de determinação do equilíbrio adequado dos corpos em suas relações a si mesmos e ao meio ambiente que os envolve.

No caso da distinção entre saúde e doença mental, vemos ainda como a razão decide, amparando práticas médicas e disciplinares, os limites da partilha entre liberdade e alienação, entre vontade autônoma e vontade heterônoma. Assim, a reflexão sobre as ciências (em especial as ciências humanas) aparece como maneira para compreender como a razão moderna impõe normatividades que determinam nosso campo de experiências possíveis. Uma articulação inovadora entre crítica da razão e reflexão epistemológica era inaugurada por Foucault.

Com *História da Loucura*, a filosofia podia agora encontrar uma nova definição: "discurso crítico em relação àqueles discursos que moldam nossas vidas e aspiram a validade categórica".

Revista CULT, julho de 2011.

Escândalos exemplares (JANIO DE FREITAS)

A CONFIABILIDADE INFORMATIVA de um jornal depende da determinação de ser confiável, mas a determinação superior depende de cada repórter (age como repórter todo o que, em qualquer modalidade de publicação do seu trabalho, transmite informações jornalísticas). Também por isso, e não só para a melhor qualidade da edição, os ocupantes de cargos dirigentes devem ser bem informados por si mesmos.

Tem lógica, embora muitas vezes não faça justiça, a responsabilização do jornal pelo que foi de responsabilidade do respectivo repórter ou redator: a relação básica do leitor é com o jornal, cujas particularidades internas lhe são desconhecidas. Conjugam-se as responsabilidades das duas partes quando se dá a repetição de informações precárias ou inverdadeiras, pelos mesmos jornalistas. Tal ocorrência é comum na imprensa. Dela fazem parte os casos de Dominique Strauss-Kahn, o ex-presidente do FMI acusado de violência sexual a uma camareira de hotel, e o das escutas telefônicas clandestinas feitas pelo jornal "News of the World". Ambos os casos, porém, em categoria especial da ocorrência costumeira.

Os dirigentes da imprensa americana, e por seu intermédio a própria imprensa americana como instituição, cometeram crimes variados na redução do seu jornalismo a uma parcialidade sensacionalista, de fins tanto políticos como de vantagens vulgares. Uma evidência é bastante para comprová-lo: o jornalismo americano adotou a versão da camareira sem se interessar pelo dever primário, e compulsório nos Estados Unidos, de logo verificar quem e que tipo de pessoa fazia a acusação. Foram dias de massacre e cadeia de Strauss-Kahn, à parte a culpa ou inocência que tenha, até que um pequeno indício colhido pela polícia forçasse o olhar jornalístico para a acusadora. Com o resultado conhecido.

Não por acaso, Strauss-Kahn era possível candidato presidencial pelo Partido Socialista, cujo simples nome eriça a hostilidade do "New York Times" e de tudo o que vem depois dele nos EUA; candidato à Presidência da França, país alvo da idiossincrasia americana; e indutor de uma política do FMI mais compreensiva com os países em desenvolvimento e vista como contrária aos EUA. Diante desta figura, nada distingue as responsabilidades das redações e dos dirigentes.

Na Inglaterra, o magnata dos meios de comunicação Rupert Murdoch pediu desculpas, contrito, pela proliferação de grampos telefônicos por jornalistas do "News of the World", um dos seus jornais. Ao Parlamento, além de novas desculpas, disse, e foi repetido pelo filho James, que desconhecia os métodos ilícitos de sua redação.

Rupert e James Murdoch são, no entanto, tão responsáveis pelas escutas ilegais quanto quem autorizou, quem aplicou e quem se valeu das gravações. O caso atual é a culminância, em escândalo, mas não em gravidade, dos anos de abusos antiéticos e ilícitos do "News of the World". Tantos foram os casos a ecoar nos níveis de direção da International News dos Murdoch, que seria impossível desconhecerem os usos naquele jornal. Jamais tomaram providências saneadoras. Nem lá nem em alguma outra das suas empresas de comunicação, cujos padrões em imprensa, em TV e em rádio voltam-se todos e permanentemente para baixo. Na violação do jornalismo, na política (em TV, a Fox News, transmitida a cabo no Brasil, é exemplo definitivo) e no desserviço à opinião pública dos países onde haja empresa Murdoch.

Nos episódios Strauss-Kahn e "News of the World", é certo não haver inocentes nas redações, nas direções e nos proprietários. Difícil é saber onde recai a maior responsabilidade. E não será pelos tribunais que se chegará a sabê-lo: caso haja processos e julgamentos, não há dúvida de que as sentenças, como as empresas de comunicação do admirado magnata, vão destinar-se ao nível mais baixo.

Folha de São Paulo, julho de 2011.

Como aprender a fazer negócios (GILBERTO DIMENSTEIN)

NÃO ESPERAVA por uma resposta tão direta e franca quando perguntei ao professor Nitin Nohria, diretor da Escola de Negócios em Harvard, o motivo de sua viagem ao Brasil no próximo mês e ele disse que era uma questão de sobrevivência.

Sobrevivência daquela que é considerada, em vários rankings internacionais, a melhor escola de negócios do mundo, responsável há muitas décadas pela formação da elite empresarial norte-americana e cujas pesquisas estão no currículo da

imensa maioria das faculdades de administração do planeta. É uma instituição que, por causa de seus influentes alunos, tem um fundo de quase R$ 4 bilhões.

No século 21, os negócios são cada vez mais globais e menos "americocêntricos". Para comprovar isso, basta ver as mudanças na lista das maiores empresas do mundo. "Para continuarmos na vanguarda, temos de ir para onde os negócios vão." O próprio Nitin, especializado em estudo sobre lideranças e mudanças organizacionais, é exemplo dessa reviravolta. Indiano, autor de estudos que o levaram a viajar a mais de 50 países, ele é o primeiro professor nascido fora do Ocidente a ocupar a direção da faculdade. Por que, afinal, uma viagem ao Brasil tem a ver com a sobrevivência daquela escola?

Na resposta, você verá como se molda a educação de excelência no século 21.Para Nitin, uma das principais razões de sua faculdade se destacar é a qualidade dos alunos. O Brasil é, hoje, segundo ele, um dos cinco mais importantes países a serem acompanhados por quem estuda o futuro dos negócios. "Queremos sempre atrair os melhores alunos de cada país, capazes de empreender e inovar. Podemos estar nos Estados Unidos, mas temos de ser radicalmente globais para nos mantermos inovadores. Esse ambiente cria um círculo virtuoso. Para ele, a escola poderia adotar o slogan informal de Nova York, cantado por Frank Sinatra ("If you make it there, I'll make it everywhere"), ou seja, se você se dá bem ali, o mundo vai abrir as portas para você. Há um processo permanente de estímulo à competição, com a apresentação de projetos e planos de negócio dos estudantes.

Neste ano, aliás, eles estão inaugurando uma incubadora-modelo, reunindo professores, pesquisadores e alunos das mais diversas áreas, da medicina à engenharia, para trabalharem juntos. O projeto, nascido dentro de uma antiga estação de televisão, foi batizado de HI (Harvard Innovation). A tendência histórica, na visão de Nitin, é as nações emergentes terem escolas de negócios cada vez melhores. Vejam como, na área de ensino de negócios, cresce o prestígio internacional de instituições como a Fundação Dom Cabral, a Fundação Getulio Vargas e o Insper.

Como as aulas são baseadas em casos concretos de sucessos ou fracassos empresariais, ter alunos brilhantes e provocativos produz visões criativas. Trabalha-se, portanto, em cima de um problema, ou seja, de um desafio. "Isso significa que temos de ter um contato próximo com o Brasil para ter mais casos de vocês levados aos alunos". Já são 198 casos nacionais estudados em sala de aula. "Quantas informações universais não se podem extrair da Natura?" Aqui entra o desafio de tentar navegar no excesso de informação e selecionar o que seria o essencial. "Para ser franco, ainda não sei se estamos lidando bem com o desafio do excesso informação. Temos de acompanhar a velocidade extraordinária da inovação, mas conseguir captar o que é relevante."

Uma das riquezas da escola é saber escolher e relatar bem esses casos explorados. É aí que entra o papel decisivo do que Nitin chama de professor-empreendedor. "Nossos professores não apenas têm paixão por ensinar mas também são empreendedores no sentido de que não param de pesquisar e de trazer novos olhares e desafios".

Para completar o círculo virtuoso, a faculdade promove conversas reservadas dos alunos (não podem ser divulgadas) com as melhores cabeças de negócios do mundo para falar de suas experiências. Em geral, são conversas francas, em que os autoelogios são menos importantes do que o aprendizado com os erros. "Tenho de pensar na educação dos próximos cem anos. Focar os Estados Unidos nos deixará obsoletos." E aí o caminho é fazer do mundo a melhor escola. Aliás, isso é apenas a continuação do que Nitin faz em sua própria vida -afinal, ele, além das pesquisas que realizou em 50 países, já morou em cidades como Calcutá, Mubai, Nova Déli, Londres e Boston, quase sempre se mudando para estudar.

PS- Uma lição: apesar de ser considerada a melhor do mundo, a Escola de Negócios de Harvard comporta-se com a humildade pragmática de quem sabe que tem muito a aprender. Não é o que vejo em muitos de nossos reitores, aparentemente satisfeitos. Fui criticado por todos os lados só porque disse que a Faculdade de Direito da USP, apesar de estar em primeiro lugar, deveria sentir-se envergonhada com o fato de que cerca de 40% de seus alunos não foram aprovados no exame da OAB.

Folha de São Paulo, julho de 2011.

Temos ou não temos presidente? (FERREIRA GULLAR)

COMO NÃO PRETENDO enunciar verdades indiscutíveis acerca de questões políticas -nem de quaisquer outras -, dou-me o direito de especular livremente, atendendo apenas a minhas intuições. E intuição - sabe-se como é- nasce não se sabe bem como e chega aonde menos se espera.

Tudo isso é para dizer que, outro dia, não sei por quê, fui surpreendido por este pensamento: "O Brasil não tem presidente". Espantei-me com a suposta descoberta, que, embora destituída de comprovação objetiva, chegava-me com a certeza de uma verdade."Mas como?", indaguei a mim mesmo. "E a Dilma Rousseff, não é a presidente do Brasil?" A resposta objetiva foi que sim, o Brasil tem presidente, que, aliás, é precisamente uma mulher, que se chama Dilma Rousseff.

E donde veio, então, essa ideia estapafúrdia de que o Brasil não tem presidente? Vai ver – pensei - é porque, como não votei nela, estou, inconscientemente, negando a sua presença no governo. Bem pode ser isso. E por alguns momentos achei que era, mas a intuição de que o país não tinha presidente voltou e descartou a hipótese de que se tratava de mero despeito meu.

Algo, dentro de mim, insistia em dizer que aquela intuição tinha fundamento, ou seja, o Brasil não tinha mesmo presidente.

Passei então a refletir sobre essa hipótese, já que a intuição, se não é verdade consumada, pode ser o começo de uma revelação. Noutras palavras, não é coisa de se jogar fora. Por isso, em vez de descartá-la, decidi examiná-la, descobrir em que, afinal de contas, ela se baseava. Esse foi o meu propósito, mas, como se sabe, intuição não nos oferece dados

objetivos, do contrário não seria intuição, já seria conclusão. Ainda assim, a alternativa era ou buscar descobrir qual fundamento tinha aquilo ou simplesmente deixá-lo de lado, ignorá-lo.

Só que isso não era tão fácil, pois se tratava de uma intuição surpreendente, que envolvia a questão do poder no país. Já imaginou quais as consequências de concluir que a Presidência da República, ainda que oficialmente ocupada, de fato está vaga? Essa reflexão, por si só, bastou para me fazer mergulhar de vez na indagação da instigante hipótese.

Decidi fixar-me nos dados objetivos relacionados com o assunto. Ali estava, diante de meus olhos, a figura de Dilma Rousseff com a faixa presidencial cruzando-lhe o busto, logo após receber de Lula o cargo supremo da nação: era de fato presidente do Brasil.

Mas não só isso: os meses se passaram e ela veio exercendo as funções presidenciais, seja assinando decretos, recebendo representantes dos outros poderes, recepcionando chefes de Estado de outras nações e, mais que isso, tomando decisões de caráter internacional, até mesmo contrárias à orientação que imprimira à nossa política externa o presidente anterior. E, como se não bastasse, escreveu uma carta reconhecendo os méritos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, coisa impensável num líder petista. Como então dizer que não temos presidente?

E aí me detive: pois é, como afirmar tal coisa? Em que se apoia, então, a intuição que me levou a semelhante questionamento? Indaguei e fiquei esperando pela resposta que eu próprio deveria dar. E foi então que a resposta me veio, por voz outra, que falou pela minha... Antes, porém, me surgiu num espanto esta constatação: "Ninguém tem dúvida de que Obama é presidente dos Estados Unidos, mas e Medvedev, ele é mesmo presidente da Rússia? Restam sérias dúvidas...".

E, logo, a outra minha voz falou: "Sim, administrativamente, temos presidente. Ela assina papéis, toma decisões. Mas, como não foi propriamente por identificar-se com ela que o povo a elegeu -já que não tem uma história construída no corpo a corpo com o eleitor nas ruas-, o seu poder é constitucional, mas meramente formal. O que não quer dizer que fará mau governo. Mas que parece substituir alguém, parece. É como se ocupasse, provisoriamente, o lugar do verdadeiro presidente, que não se sabe quem é. Ou sabe?".

E fico na mesma: ela não interveio no Ministério dos Transportes? Interveio, sim. Não obstante, continuo a achar, sem explicação lógica, que não temos presidente. Ela administra, mas não preside. É isso. Deve ser... Bom, deixa pra lá.

Folha de São Paulo, julho de 2011.

Apocalipse ontem (ESTHER HAMBURGER)

Em duas novas obras, Marcia Tiburi aborda com propriedade o papel manipulador da TV

Doutora em filosofia, professora da Universidade Mackenzie e até o ano passado participante do programa *Saia Justa*, do canal pago GNT, a colunista da CULT Marcia Tiburi está lançando dois livros.

Filosofia Pop, Poder e Biopoder traz uma seleção de colunas da autora na revista, exemplos de um estilo nomeado sem maiores explicações já no título. E *Olho de Vidro* busca na forma ensaística a liberdade para refletir sobre a televisão sem amarras ideológicas, teóricas ou partidárias. Em 1964, Umberto Eco publicou *Apocalípticos e Integrados*, em que sistematiza o debate sobre a indústria cultural e o faz avançar para além do jogo simplista de soma zero em que na maior parte das vezes recai. O esforço do que ela chama, sem muita preocupação em definir, de "filosofia pop" vai no mesmo sentido.Simpatizo com o esforço da filósofa, que, após ter escrito duas teses sobre Adorno, resolve se aventurar no filosofar sobre a televisão, esse patinho feio da comunicação que mantém com a academia uma relação intensa de amor e ódio.

No longo prefácio a *Olho de Vidro*, a autora gaúcha procura situar suas bem-vindas inquietações e a perspectiva com base na qual vai falar sobre TV: a de quem não a vê sistematicamente, a de quem não leva em conta a programação, mas a de quem também é participante de um programa. Essa posição assume as ambiguidades que transpiram no texto – especialmente no contraste entre o prefácio e o corpo do trabalho. Desde logo o ensaio procura limpar arestas declarando a admiração pela bibliografia específica, com a qual a autora, no entanto, não debate. Com exceção de Arlindo Machado, mencionado por sua crítica ao conhecido posicionamento de Theodor Adorno sobre a TV, não há debate no livro.

A filiação ao pensador da Escola de Frankfurt legitima-se por um trecho de uma entrevista em que um dos autores do conceito de indústria cultural declara que não é contra o meio televisivo e que aceita participar de programas de entrevista. Adorno e Vilém Flusser são citados como autores de referência em um livro ambicioso, que busca definir a TV como um "olho de vidro", entidade divina, sedutora e devoradora, que literalmente nos olharia e vigiaria.

O livro recorre a uma bibliografia eclética e contemporânea, o que é bom, especialmente em se tratando de um tema de ponta. Filósofos pós-estruturalistas franceses como Foucault, Derrida, Huberman e Rancière predominam. Apesar da introdução balanceada, o tom apocalíptico predomina ao longo dos diversos capítulos em que um arcabouço intrincado surge para reforçar o malfadado caráter d essa mídia.

Prof. Lucas Rocha

Ao fim de cada parte, um capítulo curiosamente analisa não algum material televisivo, mas um filme que de alguma maneira reflete sobre a televisão. Leituras de obras cinematográficas significativas, como *Videodrome*, de David Cronenberg, *Farenheit 451*, de François Truffaut, e *O Show de Truman*, de Peter Weir, entram para ilustrar a tese previamente definida e que prescinde deles.

Talvez o excesso de certezas e a necessidade de demonstrar academicamente um conceito cujo movimento de constituição não acompanhamos transmitam essa sensação. A TV olha e vigia. Mas é também olhada e vigiada. Ela é a vitrine dominante. O livro traz boas sacadas nesse sentido. Está na TV, logo existe. Mas a relação dialética entre esses dois princípios, o de olhar e ser olhado, que afinal constitui a TV como elemento inerente à vida contemporânea, talvez pudesse ser mais desenvolvida.

Na era das mídias digitais, o reconhecimento de que existem relações íntimas entre televisão e poder deixou de ser prerrogativa de um pequeno círculo de intelectuais. A disputa pelo controle do que é dito, como, por quem e para onde – para usar a formulação de Jacques Rancière para uma questão recorrente – generalizou-se.

As mais recentes e contundentes demonstrações em favor da democracia no mundo árabe acontecem em torno das mídias digitais.A TV Al Arabiya usou um recurso inédito para desmascarar a TV estatal e oficial do Egito durante o auge do movimento no início deste ano: a tela dividida ao meio exibiu simultaneamente as imagens do movimento captadas pela emissora irmã da Al Jazeera e as imagens oficiais.

Do lado direito da tela, vemos uma multidão infindável na rua – literalmente a perder de vista. Do lado esquerdo, poucos manifestantes aparecem, pois o enquadramento privilegia prédios em detrimento das pessoas.

Movimentos sociais, políticos, artistas, celebridades disputam o controle sobre os meios de produção da visibilidade. O conceito de televisão vai se transformando para incorporar, em uma espécie de reverberação concêntrica, janelas segmentadas das emissoras nacionais de TV aberta, canais a cabo e portais públicos como o YouTube.

Nesse sentido, as obras de Tiburi são bem-vindas por contribuírem para adensar a compreensão de um tema ainda pouco valorizado.

Esther Hamburger é antropóloga e professora no Departamento de Cinema, Rádio e TV da USP. **Revista CULT, julho de 2011.**

Filosofia Pop - *Marcia Tiburi*
Bregantini, 86 págs., R$ 18,90

Olho de Vidro - *Marcia Tiburi*
Record, 352 págs., R$ 42,90

Bem-vindo ao Coliseu (CHRISTIAN DUNKER)

NOS ACOSTUMAMOS a pensar que o Coliseu, uma das construções mais imponentes de Roma, era um local de sacrifício de cristãos e luta entre gladiadores. Servia ao ideal político do "pão e circo" e à cultura militar, uma vez que a maior parte dos gladiadores era composta de prisioneiros de guerra e bárbaros inaptos para a escravidão. Cada gladiador assinava um contrato de quatro anos durante os quais seria ensinado por um guerreiro mais experiente. Sobrevivendo a este período, seria coberto de glória e honra, recebendo dinheiro suficiente para comprar sua liberdade. Setenta e cinco mil pessoas podiam acompanhar o espetáculo dividido em três partes: pela manhã, armavam-se cenários de florestas com ursos, leões e tigres que seriam abatidos por caçadores. À tarde, representa-vam-se versões teatrais de mitos gregos e romanos. Criminosos e condenados era forçados a fazer, por exemplo, o papel de Prometeu acorrentado, que tinha seu fígado comido pelas feras (voadoras e terrestres), cumprindo assim, como podemos imaginar, cenas de grande realismo. Ao final do dia, vinham as lutas entre gladiadores, divididos em níveis de dificuldade e experiência. A imensa maioria dos candidatos não chegava jamais a lutar em público, fenecendo durante os treinamentos. Menos de um por cento ganhava liberdade e cidadania romana. Mas bastava que um único tivesse alcançado este feito para que o sistema funcionasse.

A parte menos conhecida desta cultura de espetáculo, cujo centro era o Coliseu romano, reside no fato de que tais práticas eram educativas. Crianças eram trazidas regularmente, sob a guarda de seus tutores e mestres, para extrair ensinamentos "práticos" sobre a ordem social e a importância da luta pela sobrevivência. Havia lugares específicos para o público: mulheres no alto (para que o olhar impudente dos gladiadores não gerasse filhos indesejados), imperador ao centro, patrícios ao lado, plebeus abaixo e assim por diante. A distribuição dos ritos também obedecia a uma intenção pedagógica: as caçadas exprimiam a luta do homem contra as bestas da natureza; as representações teatrais, a contenda do homem contra o destino e a lei; finalmente os gladiadores encenavam o conflito de homens contra homens, ou, ainda, a batalha para passar de menos do que um romano para mais do que um cidadão. Pode-se argumentar que os motivos funcionais para o melhor aproveitamento do espaço fizeram os romanos converter o anfiteatro grego, aberto, no teatro romano oval, fechado, mas há mais que isso. Há uma política de fronteiras diferente em cada caso. A fronteira fixa, porém aberta, dos gregos é substituída pela fronteira móvel, mas fechada, dos romanos.

A arena de nossos dias

Para aquele que não veio a Roma fica o convite. Para aqueles que gostariam de reviver a situação do Coliseu sem sair de casa, basta aproximar-se para uma conversa franca com um de nossos adolescentes de classe média. Se você não se fizer nem de imperador nem de patrício, logo começará a reconhecer os perigos e dificuldades para sobreviver ao sistema de

exclusão interna no qual o conflito escolar administrado se transformou. Há os populares, que, por direito divino ou nascimento, fazem parte do *Senatus Populusque Romanus* (SPQR). Há os gladiadores experientes, capazes de se impor pela força ou pela repetência. Há os candidatos a mártir e a grande maioria de nerds que se contenta em escapar das grandes encenações diárias de escárnio e maldizer, suportando sua quota de sacrifício moral por meio de desdobramentos e exercícios "espirituais", sejam eles baseados em *animés*japoneses, séries de filmes ou seriados. Descendentes dos antigos CDFs, os atuais nerds não devem ser confundidos com adolescentes que se identificam demasiadamente com os ideais de desempenho e adaptação. Há nerds bonzinhos, há os BVs (bocas virgens), há aqueles que se reúnem em subcomunidades de resistência, em torno da música, do esporte ou de práticas menos auspiciosas. Há os que são diariamente lançados às feras. Um pequeno detalhe, como o uso da blusa por baixo das calças, pode levar ao "suicídio social" representado pela anátema de ser zoado. O termo pode significar seu contrário, andar com roupas zoadas (pronuncia-se *zuadas*) pode ser sinônimo de personalidade e audácia, bem como falta de gosto em estado terminal.

Há aqueles que não são realmente nem populares nem nerds. Meninas que se "disfarçam" de populares, ou seja, seguem o estilo e consomem o que deve ser consumido, pelo profundo temor de exclusão. Isso se estende ao mercado das trocas de ficantes, quase ficantes, não ficantes e repudiantes. Dissemina-se nas vidas virtuais, nos modos de administração do corpo (massivamente anoréxico) e nas experiências escolares, segundo três lemas fundamentais: (1) sobreviver à exigência do desempenho escolar; (2) conquistar admiração e respeito dos colegas; e (3) discriminar qualquer diferença que possa voltar-se contra si. Quanto a este último aspecto, o filme de Laís Bodanzky *As Melhores Coisas do Mundo* é cristalino. Ver seu pai separar-se da mãe para iniciar um romance com um aluno é imensamente menos problemático do que ser zoado por isso na escola. A lógica do preconceito é uma operação que começa pela articulação formal de uma diferença, sem qualquer conteúdo ou valência veritativa. É como um apelido, que funciona pela sua eficácia pragmática (pela reação que ele causa), e não pela referência que ele presume. Muito da chamada apatia adolescente de nossos novos gladiadores não é de fato apatia, mas introjeção de uma atitude defensiva de não-reação, ou seja, indiferença forçada a serviço da não-exclusão.

Rompimento da moral da resistência

Até aqui o leitor dirá que não há substancial diferença entre o Coliseu educacional e a vida corporativa de nossa época. Versões do estilo narcísico de nossa época. Aliás, a redescrição que Lacan propõe do narcisismo como sistema de reconhecimento pela imagem é bem mais complexa do que alguém perturbado diante do espelho. As alegorias lacanianas são sempre em torno de nossa arena pessoal, de nosso Coliseu privado, no qual é preciso lutar em várias frentes, escolher a quem impressionar e trocar de lugar do público com o gladiador, do mártir com a besta fera. Ou seja, nossos gladiadores estão sendo bem treinados e os valores que temos aqui são banais, devolvidos em espelho ideológico, na forma do fetichismo ordinário da mercadoria, na prevalência da moral do espetáculo, na lógica da segregação, no cinismo de resultados.

Isso explicaria a estranha conivência de nosso sistema escolar, que reconhece nesta zona de experiência os limites internos de sua própria fronteira. Enquanto a fronteira externa, representada pela família, é cuidadosamente alimentada por regulamentos semijurídicos, exposições de motivos, fórmulas morais ao consumidor e requerimentos biopolíticos, a fronteira interna permanece um pequeno campo de concentração entregue à livre iniciativa segregatória. Assim como no Coliseu, cada qual está em seu lugar, pode-se apreciar o espetáculo da luta simulada, mesmo que suas consequências sejam tão reais quanto o suicídio juvenil, no caso japonês, os tiros em Columbine, no caso americano, e a tirania estética, que aparentemente predomina entre nossos pequenos bárbaros. Seria tolice exigir mais "intervenções jurídicas" neste ambiente cuja natureza e constituição se baseiam na suspensão e inversão da inclusão nas leis de cidadania. O caso interessante, e diferente do assédio moral ou sexual do mundo do trabalho, porque ele não é tratável com mais leis, regulamentos e normalização de procedimentos: a moral mostra-se impotente diante da lei, e a lei sem conteúdo moral soa, onipotente, como deslavado cinismo de circunstâncias.

Talvez o *bullying* em nossas escolas esteja crescendo e a tendência é que cresça mais ainda, como expressão do excesso de administração das formas de vida cujo único limite sancionado seja a lei formal. Dentro das fronteiras internas, não há moral que resista à formação de novos gladiadores. Aliás, a denúncia e o apelo à "justiça comum" representada pelas instâncias escolares competentes significam que a moral da força e da sobrevivência, que forma e define o grupo adolescente, foi rompida, com custos muitas vezes irreparáveis. O problema é interessante porque nos convida a pensar uma solução diferente da habitual transferência de competência moral para uma instância que regulamente o comportamento. É preciso reconhecer a gramática própria na qual se dá o confronto e o sofrimento expresso pelo assédio moral entre adolescentes, o que significará abdicar da facilidade representada pelos nossos meios consagrados e inequivocamente precários de legislar sobre eles, meus caros patrícios e imperadores.

Revista CULT, julho de 2011.

Prof. Lucas Rocha